

CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM GOIÁS

Maria Emilia de Castro Rodrigues- FE/UFG – me.castro@terra.com.br

Maria Margarida Machado – MEC/Brasil – mmm2@terra.com.br

Introdução

O presente texto foi elaborado a partir de dados obtidos no estado de Goiás através da pesquisa “**Políticas locais educação de jovens e adultos o estado e Goiás**” que vem sendo empreendida desde 2003, enquanto parte de um projeto pluri-institucional de âmbito nacional intitulado **Juventude, Escolarização e Poder Local**, constituído em torno das temáticas da juventude e da educação de jovens e adultos (EJA). O estudo agrega pesquisadores vinculados a universidades públicas, comunitárias e a uma organização não governamental¹, sob a coordenação de professores doutores Marília Pontes Spósito, da Universidade de São Paulo, e Sérgio Haddad, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Em Goiás, este projeto conta com a coordenação da Professora Dr^a Maria Tereza Canesin, da Universidade Católica de Goiás, na temática da juventude e da Professora Maria Margarida Machado, da Universidade Federal de Goiás, na coordenação da temática EJA.

A temática EJA, recorte de nosso estudo, centrou na investigação do modo como vem sendo construído o campo de ações públicas destinadas aos jovens e adultos, sobretudo aqueles de origem popular, identificando os novos desenhos da educação voltada a este segmento nos últimos anos pelo poder municipal na esfera local. Neste texto estão explicitados os resultados obtidos na primeira parte da pesquisa² em Goiás, quando levantamos as políticas de EJA empreendidas em quatro municípios goianos, que compõem a região metropolitana de Goiânia e possuem maior densidade populacional, quais sejam: Trindade, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Goiânia.

¹ São pesquisadores das seguintes universidades: Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Católica de Goiás (UCG), Universidade Federal da Paraíba (UFPA), Centro Universitário da Fundação Santo André/SP, Fundação Kellogg em Recife e a ONG Ação Educativa.

² Participaram como bolsistas Luzia Aparecida de Oliveira (UCG), Maria Auxiliadora Dias da Silva Ribeiro (SME/Goiânia), Tchérina de Castro Rodrigues (FEF/UEG) e Hélen Cristina da Silva Moreira (FEF/UEG).

Políticas educacionais

Políticas vistas como atividades ou conjunto de ações, programas/projetos imputados ao Estado moderno capitalista ou que dele emanam. Segundo Shiroma et al (2004) o Estado institui-se enquanto expressão das forças contraditórias das relações de produção das classes sociais que se instalam na sociedade civil e delas é parte essencial, cujas origens nelas se prendem e são elas que, em última instância, historicamente constituem, delimitam e determinam suas ações. Estado que,

(...) impossibilitado de superar contradições que são constitutivas da sociedade – e dele próprio (...) – administra-as, suprimindo-as no plano formal, mantendo-as sob controle no plano real, como um poder que, procedendo da sociedade, coloca-se acima dela (...). As políticas públicas emanadas do Estado [especialmente as sociais] anunciam-se nessa correlação de forças (...) são mediatizadas pelas lutas, pressões e conflitos entre elas (pp. 8-9).

E aqui se apresenta como estratégica a importância das políticas públicas de caráter social – saúde, educação, cultura, previdência, seguridade, habitação, informação – advindas do Estado, que deveriam partir das demandas, serem contínuas, articuladas entre si, indo além de políticas de governo. Dentre elas destacamos as políticas educacionais emanadas do Estado, em âmbito nacional e local, que ao longo da história expressam as contradições da sociedade capitalista, redefinindo seu papel de reprodutoras/inovadoras da sociabilidade humana, das formas de organização do trabalho e da vida.

No seio da correlação de forças, os direitos educativos formais da população jovem e adulta, pós 1985, têm se alargado, contudo, enquanto políticas educacionais estes se apresentam, segundo Martins (1997), incluídos precária e marginalmente, num campo particularmente vulnerável à redefinição dos papéis do Estado e das organizações sociais, das fronteiras entre a responsabilidade pública e privada, entre as políticas sociais compensatórias e a filantropia. Movimentos estes que informam o comportamento dos agentes públicos governamentais e não governamentais na formação das políticas públicas.

Vários estudos já destacaram que o modo como se deu a expansão da oferta de vagas, nas últimas décadas, e a progressiva incorporação de segmentos populares à escola pública não asseguraram à maioria das crianças e adolescentes atendidos a permanência e a progressão com êxito na aprendizagem. Isto articulado à cultura da repetência, ao fracasso escolar no sistema educacional brasileiro apontam para um quadro de acentuada defasagem idade/série. Resultaram e resultam desse processo, um grande grupo de jovens com baixa escolaridade, marcados por experiências escolares descontínuas e negativas, que vieram somar-se ao enorme contingente de adultos que não teve acesso à escolarização na infância e

adolescência para compor uma legião de cidadãos que demanda novas e mais adequadas oportunidades educacionais.

No campo da EJA, agregada à histórica insuficiência de oportunidades de escolarização frente à demanda social, está a inadequação dos modelos pedagógicos ao perfil sociocultural e cognitivo dos educandos. Contudo, pudemos observar que, a concepção freireana, uma das matrizes fundamentais deste campo do conhecimento, a qual aborda o tema do educando e educador como sujeitos da ação educativa articulando a relação entre processos educativos e transformação social, em oposição ao que Freire chama de concepção bancária de educação, tem servido como referência em políticas municipais de governos identificados como progressistas.

O diagnóstico inicial da pesquisa apontou para uma diversidade de ações presentes nos municípios, as quais passamos a investigar em que medida elas sinalizavam para a formulação de políticas que realmente se configurassem em políticas públicas, implicando coordenação de esforços. Tratava-se pois de verificar em que medida estas ações reiteram ou impõem rupturas com padrões tradicionais da cultura política administrativa de fragmentação, competição interburocrática, descontinuidade administrativa, ações a partir da oferta e não da demanda e a existência de uma clara clivagem entre a formulação/decisão e a implantação de projetos/programas e/ou ações (RUA, 1988).

O campo de pesquisa: Caracterização da Região Metropolitana de Goiânia no cenário do Estado de Goiás

Nas últimas décadas o estado de Goiás sofreu mudanças estruturais significativas. A modernização conservadora da agricultura goiana, o expressivo êxodo rural com intenso esvaziamento do campo e a absorção do fluxo migratório excedente de outras regiões brasileiras produziram grande aumento populacional nas áreas urbanas. Nele há zonas de expressivo inchaço populacional e outras rarefeitas ou vazias

A reestruturação demográfica provocada evidencia-se nos dados do IBGE. Em 1996, Goiás tinha 4,5 milhões de habitantes; o censo de 2000 indica o incremento de mais de 300 mil habitantes e, enquanto a taxa de urbanização do país é de 78,36%, Goiás tem um índice superior sinalizando que 85,78% dos seus habitantes residem no espaço urbano. Em termos demográficos, cabe ainda destacar: 31,4% dos habitantes têm menos de 14 anos de idade, 30%, 15 a 29 anos. A maioria absoluta da população goiana concentra-se no Entorno de Brasília e na região Metropolitana de Goiânia e a grande maioria dos municípios tem uma população de até 20 mil habitantes que vivem das atividades agropecuárias.

O modelo econômico, conforme nos informou a Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN-GO), assenta-se em atividades do setor de serviços (59,8%), da agropecuária (28,2%) e da indústria (12%). As alterações na ordem econômica do Estado colocaram-no em sincronia com o tempo capitalista do sudeste nacional, mas em algumas áreas há grande produtividade, enquanto outras subsistem na forma de produção tradicional.

Compõem o estado de Goiás 246 municípios, classificados segundo as cinco mesorregiões e 18 microrregiões definidas pelo IBGE. A região metropolitana de Goiânia localiza-se na mesorregião denominada Centro Goiano. Em termos de crescimento populacional é possível observar o desenho demográfico da região metropolitana pela taxa anual dos onze municípios que a compõe.

Tabela 1 - População Total – Taxa de Crescimento Anual

Municípios	1991	1996	2000	Taxa de Crescimento Anual (%)		
				91-96	96-2000	91-2000
Abadia de Goiás	2.860	3.343	4.971	3,2	10,4	6,3
Aparecida de Goiânia	178.483	265.868	335.822	8,3	6,0	7,3
Aragoiânia	4.910	5.713	6.415	3,1	2,9	3,0
Goianápolis	10.716	10.191	10.636	-1,0	1,1	-0,1
Goiânia	922.222	1.001.756	1.090.581	1,7	2,1	1,9
Goianira	12.896	15.194	18.743	3,3	5,4	4,2
Hidrolândia	10.254	11.199	12.699	1,8	3,2	2,4
Nerópolis	12.987	15.241	18.574	3,3	5,1	4,1
St. Antonio de Goiás	1.988	2.437	3.103	4,2	6,2	5,1
Senador Canedo	23.905	44.266	53.030	13,1	4,6	9,3
Trindade	54.072	68.558	82.131	4,9	4,6	4,8
Total da Região Metropolitana	1.235.293	1.443.766	1.636.705	3,17	3,19	3,18

Fonte: Censos Demográficos 1991; Contagem Populacional de 1996 e Censo Preliminar de 2000. Extraído do Plano Plurianual 2002-2005 da Prefeitura Municipal de Goiânia.

A população do município de Goiânia somada à população dos dez outros municípios que formam a região metropolitana atinge um total de 1.636.705 habitantes. Desta população, 98,4% dos habitantes residem na zona urbana e o restante na rural. O que os dados da tabela sinalizam é que há certa constância de crescimento populacional atraindo número significativo de migrantes de várias partes do país. Esse fenômeno manifesta-se de forma diferenciada nos municípios que compõem a região metropolitana.

- **Goiânia no contexto da Região Metropolitana**

O governador de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, com o respaldo do Governo Federal, Getúlio Vargas, implementou a construção e mudança da capital do Estado, Goiânia, fundada em 1933 e inaugurada em 1942. Trata-se de uma cidade planejada para abrigar 50 mil habitantes em um Estado que possuía apenas quatro cidades com mais de 4 mil habitantes. Já em 1950 contava com 53.389 habitantes e em 1960, 150.306 habitantes, o que representou um crescimento de 300%, extrapolando a previsão inicial e rompendo radicalmente com o desenho do projeto original. O Censo de 2000 indica que a capital conta com 1.093.007 habitantes. Os jovens de 15 a 24 anos no município (240.265 hab.) representam 22% da população total. Destes, 115.499 são homens e 124.766 são mulheres.

A região metropolitana é polarizada por Goiânia. No contexto panorâmico da realidade econômica do município é possível visualizar algumas potencialidades econômicas como a indústria de confecções, o setor de serviços, o comércio varejista e atacadista e setor de agronegócios. O setor que mais emprega é o de serviços, seguido pelo comércio; juntos ocupam aproximadamente 68% da força de trabalho, com destaque para a educação e saúde. A indústria de transformação, somada à de construção civil, absorvem quase $\frac{1}{4}$ da mão de obra goianiense.

A administração municipal no período de 2000 a 2004 teve a frente o prefeito do PT e a vice-prefeita do PPS, que foram eleitos com base na coligação PT, PC do B, PPS, PV e PMN. Naquela gestão, as Secretarias de Governo, das Finanças, da Educação, da Saúde, da Cultura, do Planejamento, da Comunicação, do Meio Ambiente, do Esporte e Lazer e a Coordenação do Orçamento Participativo e as Assessorias da Juventude e da Mulher foram administradas por gestores vinculados ao PT. A Secretaria Municipal de Obras e a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico contou com gestores do PC do B. A Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário, a Secretaria de Recursos Humanos e a Companhia de Processamento de Dados (Comdata) foram geridas por membros do PPS. Embora os gestores de primeiro escalão pertencessem ao quadro do PT, os demais partidos da coligação estavam organicamente representados nos cargos do primeiro, segundo e terceiro escalões. O município teve e tem gestor responsável especificamente por EJA, a Divisão de Educação Fundamental de Adolescentes, Jovens e Adultos, localizada na Secretaria da Educação e Assessoria Especial para Assuntos da Juventude, vinculada ao Gabinete do Prefeito.

Em termos de níveis e modalidades de ensino, Goiânia conta com 1.525 estabelecimentos com 56.845 alunos com idade acima de 15 anos, matriculados no ensino

fundamental. No ensino médio, encontram-se matriculados 20.585 alunos com mais de 15 anos. A taxa de analfabetismo entre os jovens de 15 a 29 anos corresponde a 2,7% desta população, elevando-se para 23,3% quando se trata da população de 60 anos e mais. O analfabetismo funcional atinge 14,8% da população acima de 15 anos e o número médio de séries concluídas na faixa etária acima dos 15 anos é de 8,01 anos de escolaridade. A Rede Municipal de Educação conta com 96 escolas que atendem o ensino fundamental da EJA.

- **Município de Senador Canedo**

O município de Senador Canedo teve suas origens no final dos anos 30, com a construção da estrada-de-ferro que proporcionou a ligação do Triângulo Mineiro à Goiânia. Era, inicialmente, um acampamento de trabalhadores da estrada que estava em processo de construção. No ano de 1953 passou a distrito do município de Goiânia, recebendo o nome de Senador Canedo. Após sua emancipação, no ano de 1988, o município passou a receber um maior número de benefícios econômicos e sociais, e atraiu também uma maior quantidade de pessoas e empresas interessadas em implantar e expandir seus negócios no município.

Com a área de 244.745 km², o município de Senador Canedo dista 20 km de Goiânia. Sua população total, com base no Censo de 2000, é de 53.105 habitantes, concentrada, quase que na sua totalidade, na zona urbana (94,98%). A população jovem do município é expressiva. Os habitantes de 0 a 24 anos correspondem a 54,9% do total da população (29.138 hab.) e 20,9% (11.098 hab.) têm idade entre 15 e 24 anos.

A atividade principal do município, apontada pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de Goiás, é o comércio, seguido de alojamento e alimentação. Comércio que apresenta um número significativo de empresas, especialmente ligadas ao setor de abastecimento de produtos derivados do petróleo, como gás de cozinha, gasolina, querosene, óleos automotivos, etc. A arrecadação do ICMS é a quarta do Estado, a maioria proveniente do intenso comércio de combustível. Já o setor industrial mostra-se incipiente, contando em agosto de 2003 com um total de 51 estabelecimentos. No entanto a movimentação financeira do município, não se reflete na ocupação da mão-de-obra, considerando-se que grande parte da sua população trabalha em Goiânia.

A administração 2000-2004 do município pertenceu ao PSDB e foi eleita com base numa ampla coligação partidária composta por nove partidos de diferentes linhas de atuação política (PSDB; PPB; PL; PRP; PDT; PST; PTN; PSB; PGT). O prefeito, no seu terceiro mandato não-consecutivo, conta com um quadro de assessores pouco representativo dessa coligação, sendo, quase todo, pertencente ao seu partido (PSDB). A gestão dos projetos relativos a EJA é realizada pela Coordenação do Ensino Noturno do Departamento de Ensino,

órgão da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, cujo gestor pertence ao PSB, não sendo, portanto, do partido político do prefeito.

Dentro dos aspectos sócio-culturais destacamos a presença de 41 escolas para um total de 6.240 alunos matriculados, maiores de 15 anos. Destes, 4.249 encontram-se no ensino fundamental e 1.991, no médio (Mec/Inep, 2002). O município possui 6,1% da população, na faixa etária de 15 a 19 anos, não alfabetizada, sendo que este percentual de analfabetismo sobe para 49% da população, quando se trata daqueles com 60 anos e mais.

Há ainda uma defasagem significativa de escolaridade entre a população do município. A taxa de analfabetismo funcional é de 30,4%, sendo que entre aqueles que possuem mais de 15 anos de idade, o número médio de série concluída é de 5,27 anos de escolaridade. Frente a toda a demanda por educação de jovens e adultos, o atendimento na EJA tem sido realizado em apenas 6 escolas e 10 turmas de alfabetização.

- **Município de Aparecida de Goiânia**

Segundo o documento da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Aparecida de Goiânia teve sua origem, em 1920, marcada com a construção de uma capelinha em homenagem a Nossa Senhora Aparecida que, em função do sentimento religioso, acentuou a agregação social e religiosa e incrementou, conseqüentemente, a influência de residentes em função do culto (1985).

O município possui, com base no Censo/IBGE do ano de 2000, uma população de 336.392 habitantes. Apresenta uma densidade demográfica de 1.161,76 hab/km² e uma Taxa Geométrica de Crescimento (1991/2000) da ordem de 7,28%, de acordo com as informações do documento Perfil Socioeconômico dos Municípios Goianos – 2001 (Goiás, Seplan, 2001). Sua população concentra-se, quase totalmente, na área urbana, sendo apenas 0,2% residente na zona rural. Conta com 53,4% da população com idade entre 0 e 24 anos (179.583 hab.) e os jovens com idade entre 15 e 24 anos (71.618hab.) representam 21,3% da população.

Com base no PIB/2002, conforme informação da Seplan-GO, a atividade principal do município é o setor de serviços. Uma ampla rede de motéis ali estabelecida é responsável pela ocupação de significativo contingente de mão-de-obra. Cabe destacar, ainda, que dentre os onze municípios que fazem parte da região do Entorno, é o que mais fortemente se caracteriza como cidade dormitório em relação a Goiânia. Dista apenas 11 km de Goiânia e é, também, o que mais se sobressai como alternativa de desenvolvimento econômico, por meio de um processo de industrialização que teve início em meados da década de 1970 e, ainda hoje, encontra-se em franca expansão. As indústrias alimentícias, de construção civil e de transformação, de modo geral destacam-se, somando um total de 628 estabelecimentos

industriais (Goiás, Seplan, 2001). Possui, como aspecto relevante do setor secundário, um distrito agroindustrial, dois frigoríficos e três laticínios. No ano de 2000, o município de Aparecida de Goiânia contribuiu para a formação de uma das maiores arrecadações de ICMS – R\$ 33.799.661,05 – dentre os demais municípios do estado de Goiás, significando 1,04% do total arrecadado em todo o Estado, que foi de R\$ 3.237.050.150,23 (Goiás, Sefaz, 2001).

O prefeito, do PFL, está no segundo mandato consecutivo e representa uma coligação partidária de onze partidos de orientações políticas diversas (PFL; PSDB; PC do B; PSD; PSB; PSC; PRTB; PGT; PHS; PRP; PTN). No entanto, todos os seus assessores, titulares das dez pastas administrativas existentes, pertencem aos quadros do seu partido (PFL), o que revela uma correlação de forças desigual. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através da Coordenadoria Pedagógica, é o órgão responsável pelo acompanhamento dos programas de Educação de Jovens e Adultos existentes no município.

Por situar-se na região metropolitana, o município está em crescimento com uma ocupação desordenada, criação de numerosos bairros, sem infra-estrutura adequada, distribuídos em uma área de 289,1 Km². O setor educacional tem sofrido impactos, especialmente pelas dificuldades de transporte coletivo em decorrência da dispersão populacional, somadas a outras dificuldades próprias do espaçamento urbano, as quais, em grande medida, apresentaram nos últimos anos tendência ao agravamento.

As 361 escolas existentes no município distribuem-se por amplas áreas, que quase na totalidade não contam com as melhorias urbanas e padecem a falta de uma infra-estrutura básica. Os alunos matriculados com idade mínima de 15 anos somam 37.649, sendo 21.207 no ensino fundamental e 16.442 no ensino médio (Mec/Inep, 2002).

Os dados indicam um percentual de analfabetismo de 5% na população entre 15 e 29 anos, todavia, quando observamos a população de 60 anos e mais este percentual sobe para 42,5%. É alta também a taxa de analfabetismo funcional, sendo 23,5% da população, tendo ainda um número baixo de séries concluídas de 6,07 anos. Para toda esta demanda o município possui apenas 32 escolas atuando em EJA.

- **Município de Trindade**

O município de Trindade está situado a 18 km de Goiânia, ligando-se a esta pela Rodovia dos Romeiros. A área ocupada pelo município é de 713,280 km². Sua população total é de 81.457 habitantes, sendo 78.199 no setor urbano e 3.258 na zona rural (4,0%). Possui uma densidade demográfica de 126,46 hab./km². A Taxa Geométrica de Crescimento apresentada, considerando para os cálculos os anos de 1991/2000, foi de 4,66%.

Sua lei de criação deu-se através do Decreto de nº 8.305, de 31 de dezembro de 1943. Conta a história do município que o surgimento do povoado teve início após a descoberta de uma pequena medalha de barro, cuja figura estampava a Virgem Maria. Foi, então, erguida uma capela que homenageava a Santíssima Trindade. O município cresceu e alcançou grande projeção em decorrência do número significativo de romeiros, devotos do Divino Espírito Santo.

No período da Festa do Divino, a cidade é invadida por vendedores ambulantes que ali instalam suas barracas (principalmente de alimentação, calçados, roupas, vazilhames, discos, enfeites para casa, religiosos etc) e promovem intenso comércio. Fora esse período de festas, o comércio da cidade é realizado por um total de 504 estabelecimentos varejistas. O setor industrial conta com um total de 182 estabelecimentos distribuídos no município, sendo a indústria de transformação e extrativa considerada a principal atividade do município (Seplan-Go). A arrecadação do ICMS do município, no ano de 2001, foi de R\$ 12.164 mil.

Na sua totalidade urbana, a população de Trindade (81.457 hab.) conta com apenas 4% residente na zona rural (3.258 hab.). Os 41.308 hab. com idade entre 0 e 24 anos representam 50,7% da população, enquanto que 16.442 hab. (20,7%) são jovens com idade entre 15 e 24 anos. Dos três municípios estudados do entorno de Goiânia situados na Região Metropolitana, Trindade é o único que conta com uma estrutura administrativa criada com o propósito de atender as demandas da juventude local. Embora trate apenas dos interesses relativos ao lazer, a Superintendência Municipal da Juventude, criada em abril de 2001, é vinculada diretamente ao gabinete do prefeito. Na Secretaria Municipal de Educação encontram-se os programas de EJA. Uma coligação de seis partidos (PSDB, PL, PDT, PSB, PPB, PP) elegeu o prefeito (PSDB) em seu primeiro mandato; no entanto, todos os assessores diretos são do seu partido político.

Os dados indicam um percentual de analfabetismo de 7,1% na população entre 15 e 29 anos, todavia, quando observamos a população de 60 anos e mais este percentual sobe para 45,6%. É alta também a taxa de analfabetismo funcional, sendo 28,7% da população, tendo ainda um número baixo de séries concluídas de 5,64 anos de escolaridade entre os munícipes acima de 15 anos. Para toda esta demanda o município possui apenas 14 escolas atuando em EJA.

A EJA em Goiás: limites e possibilidades das políticas empreendidas nos municípios

- **Aparecida de Goiânia**

O município de Aparecida de Goiânia apresentou na pesquisa apenas um projeto de educação de jovens e adultos, denominado PROMEJA (Projeto de Implantação da Educação de Jovens e Adultos), implementado pela Secretaria Municipal de Educação, desde abril de 2003, porém sem aprovação no Conselho Municipal ou Estadual de Educação.

O PROMEJA nasceu com a perspectiva de oferecer aos funcionários públicos da prefeitura a alfabetização. É realizado com recursos próprios da Prefeitura, que assume o pagamento da equipe técnica composta por três professoras: uma coordenadora, uma monitora e uma psicopedagoga. O material didático utilizado, além de revistas e jornais, segundo dados da entrevista, é o material do MEC. Isto provavelmente significa que utilizam a coleção Viver e Aprender, divulgada pelo Ministério da Educação, a partir do ano 2000.

O curso de alfabetização funciona no próprio ambiente de trabalho dos servidores municipais e também na biblioteca pública, é realizado em módulos que vão de 7 a 12 meses de duração. Ao final do curso, os alunos são certificados e encaminhados para a rede regular de ensino. A informação da coordenadora é de que existem 250 alunos nas classes de alfabetização do PROMEJA.

Os professores que participam do programa fizeram uma formação continuada por eles denominada de “reciclagem”, envolvendo cursos relacionados à auto-estima e motivação, realizados por uma Universidade de Minas Gerais.

Os dados dos questionários e das entrevistas não apontam claramente para a constituição de uma política pública para EJA. Quando se trata da gestão, é apresentada apenas uma pessoa como equipe de educação de jovens e adultos, o que se deduz que as outras duas pessoas citadas no PROMEJA só atuam nele. Outro fato que aponta a não constituição de uma política específica para EJA é o dos próprios alunos do programa de alfabetização, que ocorre no diurno, serem encaminhados para o ensino fundamental regular noturno o que certamente dificultará o acesso e a permanência dos mesmos no processo de continuidade da escolarização, por não ocorrer no local de trabalho e em horários mais flexíveis.

- **Senador Canedo**

No município de Senador Canedo foi identificado apenas um programa voltado para o segundo segmento de EJA, intitulado Projeto Escola para Todos aos moldes da proposta de EJA estadual: reduz cada ano a um semestre. Este teve início em fevereiro de 2003, após o desenvolvimento de uma pesquisa que comprovou a necessidade de elaboração de um projeto voltado para pessoas com defasagem escolar e visando conter o alto índice de evasão entre os alunos da rede municipal.

O Projeto é assumido financeiramente pela prefeitura e coordenado pelo departamento de ensino da própria secretaria municipal de educação, contando com dois técnicos na coordenação. Nele atendem a 700 alunos no segundo segmento do ensino fundamental, com aulas organizadas em módulos que duram de 4 a 6 meses.

Por ser ainda um projeto recente, não há nada de específico criado pelos professores que nele atuam. Não há indicação de material didático próprio, não há proposta de avaliação e acompanhamento da execução do projeto, não há publicações sobre a experiência.

O projeto está aprovado no Conselho Municipal de Educação, podendo portanto certificar a conclusão do ensino fundamental. Não há, todavia, articulação com a rede estadual de ensino, para que os alunos aprovados possam ter garantido a sua continuidade dos estudos no ensino médio.

Outra questão que chamou a atenção durante a entrevista e aplicação de questionários é o fato do município possuir em seu território um projeto de alfabetização, coordenado pela Secretaria Estadual de Educação de Goiás, mas sem uma conexão clara com a rede municipal. Por outro lado, o município de Senador Canedo também atua em 1ª a 4ª séries do ensino fundamental noturno, mas não considera estes alunos jovens e adultos na modalidade EJA, pois se o fizerem não poderão contá-los para os recursos do FUNDEF.

- **Trindade**

O município de Trindade apresentou dois programas em destaque na pesquisa: Se Liga Goiás e Educação de Jovens e Adultos. O Programa Se Liga Goiás é realizado em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Goiás, a Fundação Airton Senna e a Empresa Nokia, voltado a reparação da defasagem idade série dos alunos da rede que possuíam entre 7 a 17 anos. A ênfase neste programa é na alfabetização destas crianças, adolescentes e jovens, para que possam prosseguir na escolaridade regular.

Como um projeto que o município aderiu, toda a forma de organização, material didático, acompanhamento e avaliação são definidos pela Secretaria de Estado e pela Fundação Airton Senna. Não há informações de retenção no programa, pelo contrário, os resultados são de aprovação em 100% dos alunos no processo de alfabetização. Todavia, não fica claro se os aprovados passam a ser matriculados em ensino fundamental, ou se há algum encaminhamento para educação de jovens e adultos para os maiores de 15 anos.

O programa de Educação de Jovens e Adultos, descrito pelo município de Trindade, corresponde a uma proposta de alfabetização e primeiro segmento do ensino fundamental. Está em funcionamento desde fevereiro de 2001, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Goiás, através da Subsecretaria Regional de Educação de Trindade, que é a

responsável pela capacitação dos profissionais que atuam com os 300 alunos envolvidos no programa por ano.

A Educação de Jovens e Adultos utiliza o material do MEC, Viver e Aprender, desenvolvido pela ONG Ação Educativa. A avaliação é realizada por meio de provas, e o curso é apresentado em séries, apesar de poder estar organizado em módulos de 4 a 6 meses de duração.

Não fica muito clara a modalidade de atendimento, pois os entrevistados afirmam que o programa possui financiamento do FUNDEF e da prefeitura. Isto indica que as matrículas de fato estariam sendo colocadas no ensino fundamental regular noturno e não em alguma experiência pedagógica ou programa/projeto de EJA. Outra questão não evidenciada é o encaminhamento para o segundo segmento de EJA, seja ele implementado pela secretaria municipal ou estadual de educação, que não foi mencionado pela coordenadora do programa que por sinal é a única a responder por todo o programa, pois não há uma equipe nele atuando.

- **Goiânia**

Em Goiânia foram identificados seis projetos/programas que envolvem o público da educação de jovens e adultos: Tendas culturais, Escola vai ao cinema, Cinema na escola, Programa de Desenvolvimento da Escola, AJA- Expansão e Estudar sem fome. Sendo que os quatro primeiros não são exclusivos para a educação de jovens e adultos, pois atendem toda a escola de ensino fundamental, todavia integram os alunos jovens e adultos nos seus benefícios, tais como: a possibilidade de ir ao cinema ou trazer a programação de cinema até à escola; as atividades culturais que são disponibilizadas em parceria com a secretaria de cultura e são oferecidas a todos os alunos em todos os turnos; por fim a programação de formação de professores e melhorias na escola que visam atender a todos os níveis e modalidades de ensino.

Em específico, só destinado ao público jovem e adulto existem dois projetos neste município: o Projeto AJA- Expansão e o Projeto Estudar sem Fome. O Projeto AJA-Expansão visa mobilizar jovens e adultos não alfabetizados para que possam iniciar seu processo de alfabetização e em seguida dar continuidade ao processo de escolarização através do ensino fundamental para adolescentes, jovens e adultos (EAJA), seja no ensino regular para jovens e adultos ou através da proposta alternativa da EAJA, ou ainda do AJA-Extensão que atende o primeiro segmento do ensino fundamental.

O **Projeto AJA-Expansão** existe no município desde 2001 com financiamento da prefeitura, numa parceria com as universidades federal e católica de Goiás (UFG e UCG), que

fazem a formação dos alfabetizadores e coordenadores do programa. A partir de 2003, o programa passou a receber um recurso complementar do governo federal, através do programa Brasil Alfabetizado. Há um atendimento médio de 1.500 alfabetizandos/ano, envolvendo mais de 100 entidades parceiras que contribuem na mobilização dos alunos, na disponibilização do espaço físico, na indicação do alfabetizador e em alguns casos, ainda cedendo parte da carga horária de trabalho dos educandos para escolarizarem-se.

Ao final de cada ano o projeto promove uma grande festa para entrega de certificados daqueles que já desejam ir para a escola dar seqüência ao ensino fundamental. Esta entrega de certificados tem atingido uma média de 500 alunos a cada 8 meses, o que representa uma entrada aproximada de 30% dos alunos que passam pela alfabetização inicial no primeiro segmento do ensino fundamental. Uma parte dos alunos que não vai para a escola se dá pelo fato de já serem idosos e não vislumbrarem a continuidade dos estudos, outra parte ainda tem problemas com a continuidade em escolas pelas distâncias e pelos horários incompatíveis.

Para receber o aluno que vem do Projeto AJA-Expansão a rede municipal mantém duas formas de atuação: a EAJA e o AJA-Extensão. Este último trata-se de um curso modulado presencial, que corresponde ao primeiro segmento do Ensino Fundamental, para atender aqueles que não puderam dar continuidade ao processo de escolarização no ensino regular da EAJA. Ele é assumido pelo professor da rede municipal, podendo funcionar em escolas, locais de trabalho ou espaços comunitários, com três horas diárias de aula, como extensão de uma escola da Rede Municipal de Educação. O horário de funcionamento das turmas também é flexível, podendo ser organizadas turmas pela manhã, tarde e noite, conforme o interesse e necessidades dos alunos. As matrículas e avanços de uma série para outra também ocorrem ao longo do ano conforme prevê a legislação municipal, estadual e federal. Esta forma de atendimento já vem de uma experiência anterior da rede que, desde 1993, passou a constituir formas alternativas de escolarização de jovens e adultos, tem aprovação do Conselho Municipal de Educação e uma avaliação positiva nestes 10 anos, tendo sido analisada por quatro dissertações de mestrado, defendidas na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Existem publicações da própria Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, evidenciando o caminho de constituição do Projeto AJA, além disto, já foram publicados artigos na Revista Alfabetização e Cidadania da RAAAB, artigos no livro Caminhando e Abrindo Caminhos: a trajetória de uma rede municipal de educação, publicado pela Editora da UFG.

A EAJA atende de 1ª a 8ª séries do ensino fundamental, organizada através de um projeto aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, com a carga horária anual de 600(seiscentas) horas presenciais e 200(duzentas) horas complementares de 1ª a 4ª séries, perfazendo três horas diárias de aulas e duzentos dias letivos. E de 5ª a 8ª séries com a carga horária de 700(setecentas) horas presenciais e 100 (cem) horas complementares, perfazendo três horas e meia de aula/dia. Há ainda uma forma de organização alternativa da EAJA, de 5ª a 8ª séries, em sete escolas, para atendimento da escolarização de jovens e adultos no diurno, enquanto uma extensão de uma escola, podendo funcionar no espaço escolar ou em outros espaços. Esta modalidade congrega no trabalho empreendido, anualmente, duas séries em uma, podendo o aluno avançar de uma para outra série a qualquer momento, desde que tenha condições para tal. Além disso o município de Goiânia trabalha com a categoria de afastamento temporário justificado em função das necessidades dos alunos da EAJA, enquanto trabalhadores, terem às vezes de se ausentar até da cidade, podendo retornar aos estudos a qualquer momento, havendo o acompanhamento de perto da frequência dos alunos, pelo(s) professor(es).

O **Projeto Estudar sem Fome** foi criado pela rede municipal de educação de Goiânia, em 2003, com o objetivo de se somar a inúmeras iniciativas em combate a fome e a pobreza, como propõe o Projeto Fome Zero. O Projeto prevê o atendimento de aproximadamente 25.000 alunos, matriculados no turno noturno da Secretaria Municipal de Educação. Ele foi organizado a partir das solicitações e discussões empreendidas e sistematizadas ao longo de um projeto de Pesquisa da EAJA, que no final de 2001 e 2002 apontou para a necessidade de uma merenda adequada à realidade dos alunos jovens e adultos.

Segundo o projeto, o cardápio para o noturno, garante 30% das necessidades nutricionais diárias para os alunos jovens e adultos, correspondendo em média a 755 Kcal, conforme referência da Food and Agriculture Organization - FAO e Organização Mundial de Saúde - OMS. Os recursos utilizados são procedentes do valor relativo ao custo refeição/aluno do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (R\$ 0,13), acrescidos de R\$ 0,60, provenientes do Tesouro Municipal.

Esse projeto espera contribuir para a redução da evasão e repetência escolar, somando-se ainda a inúmeras iniciativas de erradicação da carência nutricional, realizadas por diferentes organismos sociais, na luta incansável por uma sociedade mais humana e com menos exclusão social.

Os depoimentos dos professores e alunos entrevistados em 2004 nas escolas da rede municipal demonstram uma aprovação ao Projeto Estudar sem Fome. O jantar que é servido toda noite tem grande aceitação pela variedade no cardápio e pelo horário diferenciado, podendo ser consumido logo na entrada do turno de aula. Como muitos alunos não conseguem passar em casa, quando vêm do trabalho para a escola, poder pelo menos ter uma alimentação adequada, antes de iniciar as aulas, está sendo mais um incentivo para sua não desistência do curso.

O conjunto de projetos analisados na secretaria municipal de educação de Goiânia indica a constituição da EJA como uma política pública municipal. Há uma articulação entre os diferentes setores da secretaria visando atender o público jovem e adulto, desde o setor de lotação de pessoal para atuar nas turmas do AJA- Extensão, ao Centro de Formação de Professores com cursos definidos pela Divisão de EJA, do setor de alimentação com o Projeto Estudar sem Fome, ao setor de finanças que acompanha e orienta a aplicação dos recursos federais e municipais, tanto no projeto AJA-Expansão, quanto no ensino fundamental de adolescentes, jovens e Adultos.

Outro aspecto que se destaca na construção da política pública de EJA é o fortalecimento da equipe coordenadora da EJA, a Divisão de Educação Fundamental de Adolescentes, Jovens e Adultos (DEF-AJA), que conta com 9 professores licenciados nas diversas áreas do conhecimento, com uma equipe de apoio administrativo para o projeto AJA-Expansão e a assessoria constante das Universidades Federal e Católica de Goiás. E um aspecto diferenciador de ações voltadas para EJA apenas enquanto política de governo daquelas que constituem políticas públicas, é a questão da continuidade das ações implementadas no município de Goiânia que buscam atender aos jovens e adultos através de projetos/programas e ações empreendidos demonstrando o trato da EJA como direito, criando formas de trazer aqueles que historicamente foram alijados do processo educacional, bem como proporcionando a continuidade da escolarização destes.

Considerações finais

Pudemos observar através desta pesquisa desde um conceito limitado do que seja a EJA, em que não se percebe que independente da forma que esteja organizada – anual, seriado, por módulos, suplência, etc.- e do horário de atendimento são os sujeitos jovens e adultos, a quem se destina o processo educativo, que nos dizem tratar-se ou não desta modalidade educacional.

Apesar de estarem atendendo a este segmento, os municípios, em sua maioria, ainda não tomam a EJA como um direito, pouco tem se voltado para um trabalho em que os educandos sejam vistos como jovens e adultos, inseridos ou em vias de sê-lo no mundo do trabalho, mas sim utilizando práticas infantilizadas. Uma das políticas que contribuiriam para uma outra forma de atender estes sujeitos do processo educativo, sejam eles educandos ou educadores, seria através de um processo contínuo de formação, o que em apenas um município isto se apresentou, Goiânia.

Concluímos que nos municípios do entorno goiano há ainda falta de políticas públicas voltadas para a EJA, em geral as ações empreendidas estão muito presas às proposições da Secretaria de Educação do Estado, que ainda vê a EJA como suplência, apesar de não apresentar em seus projetos esta nomenclatura. Além disso, o que observamos foram ações descontínuas e fragmentadas que desconsideram as demandas e ritmos dos jovens e adultos.

A exceção a esta prática foi o município de Goiânia que demonstrou autonomia, continuidade e variedade de ações garantindo o direito à educação de qualidade a jovens e adultos, inclusive com propostas educacionais alternativas, exercendo o papel do Estado enquanto indutor de políticas públicas, não apenas políticas de governo, mas dando continuidade às ações positivas e criando outras, de forma a proporcionar o acesso, permanência, conclusão e continuidade, enquanto direto, a todos os cidadãos, e em especial aos jovens e adultos do município, resgatando uma dívida histórico-social para com a EJA.

Referências bibliográficas

- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo : Paulus, 1997.
- RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: *CNPD. Jovens Acontecendo na Trilha das Políticas Públicas*. Brasília, 1998. 2 v.
- SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M de; EVANGELISTA, Olinda. *Política educacional*. 3ª ed. Rio de Janeiro; DP&A, 2004.
- GOIÁS, Secretaria de Planejamento do Estado de (SEPLAN-GO), 1998.
- GOIÁS, Secretaria de Planejamento do Estado de (SEPLAN-GO). *Perfil Socioeconômico dos Municípios Goianos*. Goiânia, 2001.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censos Demográficos 1991, 1996 e Censo Preliminar de 2000.
- GOIÂNIA, Prefeitura Municipal de. *Plano Plurianual 2002-2005*. Goiânia, 2001.